



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 12.06.20

Aos doze dias do mês de junho do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Euler P. P. de Mello, ambos representando esta Egrégia Corte de Contas; o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros, bem como a Excelentíssima Procuradora de Contas Yvonete Fontinelle de Melo; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico; o Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), César Miola; o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes; o Senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a Senhora Conselheira Municipal de Educação do Município de Jaru e representante/coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Cláudia; o Senhor representante/presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM), Roger André Fernandes; o Senhor Augusto Pellucio, Presidente do SINEPE; e, representando o Instituto Articule, a Senhora Alessandra Gotti e o Senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de deliberarem acerca da pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versava sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

O Presidente do Tribunal de Contas abriu a reunião salientando a postura dialógica do GAEPE que se mostrou oportuna a tracejar as ações da gestão e a obter os resultados até então alcançados, e finalizou abordando a ordem do dia.

O presidente da UNDIME leu a carta que versa sobre “as ações previstas para a educação em tempos de pandemia” e respondeu a cada um dos endereçamentos do ofício da reunião anterior, como também demonstrou bastante preocupação com a disparidade entre o porte de cada município, findando por realçar a série de reuniões realizadas nesse sentido, com supedâneo no teor do documento.

O Senhor Ismar Barbosa da Cruz, representando o Articule, fez indagações direcionadas ao presidente da UNDIME e ao Secretário Estadual de Educação sobre a questão orçamentária na retomada das aulas presenciais, em virtude da rigidez orçamentária preexistente, especificamente se há uma estimativa de despesa para tal retomada. O



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

presidente do Tribunal de Contas citou a nota do *Todos pela educação*, que recomenda a destinação de 25% dos repasses da União para a educação, e salientou que não há vinculação desse aporte financeiro do governo federal aos dispêndios com a retomada das aulas presenciais, de sorte que a alocação desse recurso financeiro pertence ao campo discricionário dos gestores, obviamente contrariando a recomendação contida no citado documento.

O presidente da UNDIME respondeu ao questionamento afirmando que ainda não existem estimativas dessas despesas extraordinárias e, novamente, ponderou sobre a queda da arrecadação dos municípios. O representante da AROM roborou ao informar que conseguiu uma licença ambiental para produzir álcool em gel de forma consorciada com o Município de Ji-Paraná, bem como fizeram a aquisição de dez mil testes rápidos de Covid-19 para distribuição a todos os municípios.

A senhora Alessandra Gotti, também representando o Articulê, questionou ao representante da AROM se parte dos testes rápidos seriam direcionados para a área da educação. O presidente do Tribunal de Contas retomou a palavra e ressaltou o quão preocupante é o fato de os planejamentos orçamentários municipais, em geral, estarem num estágio ainda embrionário, sugerindo ao Secretário da SEDUC a ideia de criar, junto aos municípios, uma governança específica para a realização de uma ação coordenada de forma que o planejamento seja feito de forma uniforme.

O presidente da UNDIME comentou a fala do presidente Paulo Curi dizendo que junto com a SEDUC tem trabalhado na criação de um organismo nesse sentido. Em resposta à senhora Alessandra Gotti o representante da AROM disse não entender como eficaz separar uma parte dos testes rápidos aos profissionais da educação, tendo em vista vários casos em que os resultados dos testes não condizem com a verdade.

A representante da UNCME e Conselheira Municipal de Educação de Jaru elogiou o comitê dos conselheiros criado para o enfrentamento da pandemia e finalizou respondendo ponto a ponto do ofício anterior deste Gabinete.

Ato contínuo, o Secretário da SEDUC teceu alguns comentários sobre a previsão de na próxima semana a Sala do Saber entrar em funcionamento, vez que a plataforma do SINEPE já era uma realidade e contava com nove instituições cadastradas, das quais cinco eram faculdades do interior, cujos laboratórios estarão disponíveis aos discentes. No tocante aos regimes de colaboração, mencionou a reunião ocorrida entre a SEDUC e a UNDIME; informando, por derradeiro, a homologação de nova Resolução n. 1256, junto ao Conselho Estadual de Educação, que prevê a necessidade da oferta das atividades pedagógicas não presenciais a fim de manter o vínculo entre escola e aluno.

A representante do Articulê indagou ao Secretário sobre como se dará o transporte escolar no retorno das atividades presenciais e como tem sido pensado em termos de retorno gradual; se o ponto já está em discussão com a área da saúde; se há algum percentual para tanto, e quais protocolos seriam adotados. O senhor Suamy de Abreu explicou que o transporte escolar na maioria dos casos é organizado pelos próprios municípios e que o ponto



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

mais sensível reside no transporte dos alunos da zona rural, por já ser um problema estrutural antigo do Estado de Rondônia, sendo que os demais apontamentos estariam sendo pesquisados e discutidos.

O senhor Augusto Pelúcio apresentou os obstáculos sob a ótica do ensino particular, sublinhando a quantidade de pessoas que aderiram aos serviços de creches, com frequência na ordem de 10% a 20%, considerando que alguns pais conseguem manter os filhos sob os cuidados de terceiros. Outro ponto positivo é que não haveria a adesão da totalidade dos alunos, caso as aulas presenciais retornem neste momento, o que oportunizaria mais tempo para elaboração de um planejamento mais eficaz.

Constatou, ainda, no perfil dos profissionais da educação, que os pertencentes aos grupos de risco geralmente lecionam nas séries finais, como também que existem no quadro poucos profissionais na área. Em outras palavras, a continuidade das aulas remotas para tais séries seria mais proveitosa na retomada gradual. Ao final, reforçou a necessidade de que sejam elaborados protocolos junto aos profissionais de saúde, para serem observados pelas instituições de ensino na volta às aulas presenciais.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentem mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:

1. Retomar o ponto do planejamento, porém com os profissionais da saúde, a fim de esboçar um plano de ação, contemplando os protocolos a serem seguidos;
2. A Secretaria Geral de Controle Externo deverá confeccionar nota técnica do Tribunal de Contas do Estado referente ao orçamento/reprovação de contas;
3. O Secretário da SEDUC/RO deverá fazer uma consulta ao TCE/RO para obter respaldo normativo à administração, promovendo mais segurança às decisões do gestor;
4. Instar a Administração a alocar pelo menos 25% dos recursos à educação, considerando os provenientes da União, o aumento das despesas e a queda nas fontes de financiamento;

Ficou marcada nova reunião para o dia 26.06.20, às 14h (quatorze horas) e estipularam-se para as futuras reuniões uma periodicidade de 15 (quinze) dias.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.